

DÍVIDAS SOBERANAS: LIMITES DO RECEITUÁRIO KEYNESIANO PARA UMA CRISE ESTRUTURAL*

Gérard Duménil** e Dominique Lévy***

Já se passaram quatro anos desde que os primeiros sintomas da crise atual foram observados em agosto de 2007. No outono de 2008¹, a amplitude da crise tornou-se evidente com a falência de instituições financeiras estadunidenses de peso, o início da recessão e a exportação da crise para o restante do mundo. A retomada da produção durante os anos 2009 e 2010 foi saudada como um retorno à normalidade. Mas esse novo otimismo durou pouco. Durante o verão de 2011,² evidenciou-se que os déficits orçamentários – que outrora imaginava-se passageiros – permaneceram altíssimos. Nos Estados Unidos, o banco central financiava diretamente o déficit do governo e a dívida pública do país se via rebaixada por uma agência de risco; a capacidade de certos governos europeus de saldar sua dívida foi repentinamente colocada em dúvida. A crise entrava em uma nova fase, a segunda, a crise das dívidas soberanas.

A tese central defendida aqui é que a recaída atual manifesta o caráter “estrutural” da crise, uma dessas grandes fases de perturbação que marcam a história do capitalismo e pressionam para sua metamorfose a cada trinta ou quarenta anos. A saída de uma crise estrutural exige transformações profundas, que vão muito além das políticas macroeconômicas. Tais transformações dizem respeito às instituições econômicas, à gestão das empresas, ao papel do setor financeiro, às políticas industriais e às relações internacionais. As mudanças requeridas apontam para o estabelecimento do que chamamos de uma nova “ordem social”, neste caso pós-neoliberal.

* Tradução do original em francês feita por: Vicente Neves da Silva Ribeiro. Revisão técnica: Danilo Enrico Martuscelli.

** EconomiX-Cnrs, Université de Paris X-Nanterre, 200 av. de la République, 92000 Nanterre, France. Email: gerard.dumenil@u-paris10.fr.

*** PSE- Cnrs, ENS, 48 bd Jourdan, 75014 Paris, France. Email: domi.levy@free.fr.

¹ Nota do tradutor (NT): Os autores tomam como referência as estações do ano dos países do hemisfério norte. Nesses países, o outono compreende o período de 21 de setembro a 20 de dezembro.

² NT: No hemisfério norte, o verão compreende o período de 21 de junho a 20 de setembro.

Tais ordens sociais se definem em termos de poderes de classe e de compromisso entre os membros das classes dominantes e entre estas e as classes populares. O neoliberalismo, a ordem social instaurada há aproximadamente trinta anos, se caracteriza pela hegemonia conjunta das classes capitalistas, que detêm a liderança, e dos quadros³. O neoliberalismo se apoia nas instituições financeiras, colocadas a serviço dessa aliança no topo. Daí decorre uma transformação radical do funcionamento do capitalismo nos planos nacional e internacional. A saída da crise é condicionada pela modificação dessa configuração de poder⁴.

De uma forma um pouco técnica, a questão do caráter estrutural da crise pode ser abordada em termos de políticas macroeconômicas. Por que vários anos de sustentação da demanda através de enormes déficits orçamentários não permitiram às economias do centro, Estados Unidos e Europa, reencontrar uma *capacidade de crescimento relativamente autônoma*? Essa noção é aqui crucial. Ela remete à capacidade que possuem ou não esses países de crescer na ausência de déficits maiores (da ordem de 10% do PIB nos Estados Unidos, enquanto encontravam-se em torno de 3% antes da crise). Essa incapacidade confere à situação atual seu caráter contraditório. Por um lado, os déficits são ainda indispensáveis ao apoio da atividade; por outro lado, o crescimento sem limites das dívidas públicas - fruto de tais déficits - parece impossível de se prolongar.

A explicação deste impasse deve ser buscada nas tendências subjacentes insustentáveis, próprias ao neoliberalismo em geral. Um de seus aspectos principais foi a expansão extraordinária das operações financeiras, inseparável do crescimento relativo do setor financeiro. A isso deve ser acrescentada a mundialização comercial e financeira. Esses processos se multiplicaram, nos Estados Unidos em particular, em decorrência da fraqueza dos fundamentos da acumulação no território nacional e da tendência à exportação de capitais para o restante do mundo.

A crise evidencia um aspecto essencial dessas tendências cujas consequências eram mal observadas ou subestimadas anteriormente pelas classes dominantes: elas tiveram efeitos nefastos nos territórios econômicos do centro,

³ NT: No original em francês: “cadres”. Trata-se dos trabalhadores assalariados que exercem funções de direção, supervisão e vigilância na economia capitalista.

⁴ Não aprofundaremos aqui essas noções, sua articulação com os conceitos fundamentais da teoria marxista e seu poder explicativo relacionado à história do capitalismo moderno. Não se discutirá tampouco a natureza de uma possível ordem social suscetível de suceder ao neoliberalismo.

reconfigurando o mapa do crescimento mundial. Entretanto, são exatamente tais práticas neoliberais que os governos dos países centrais se recusam a alterar, de acordo com as lógicas de classe e de dominação imperialista. As transformações requeridas tardam a ser operadas, enquanto as economias do centro afundam-se na crise da dívida soberana e se esboçam novas fases da crise. Desse modo, a ameaça de experiências caóticas nos âmbitos econômico e político reforça-se a cada dia.

2008 e 2011: As duas primeiras fases da crise

Se o julgarmos estritamente pelos seus objetivos de classe, isto é, o restabelecimento dos poderes e rendimentos das classes dominantes, o neoliberalismo foi um inegável sucesso até a crise. Isso foi particularmente verdadeiro nos Estados Unidos. Depois da Segunda Guerra mundial e durante as primeiras décadas do pós-guerra, as desigualdades foram consideravelmente reduzidas. A partir dos anos 1980, o neoliberalismo concentrou os rendimentos em favor dos mais favorecidos, enquanto que os da grande massa da população estagnavam-se ou recuavam. O retorno à realidade provocada pelo choque de 2008 foi brutal.

Essa foi a crise do “capitalismo neoliberal”⁵. A esta primeira determinação, pode-se acrescentar “sob a hegemonia dos Estados Unidos”. Com efeito, a força desse país lhe conferiu a posição de líder, principalmente a partir do avanço das operações financeiras; permitiu-lhe seguir uma trajetória macroeconômica marcada por desequilíbrios crescentes, particularmente em relação ao restante do mundo.

Duas tendências fundamentais comuns ao conjunto dos países neoliberais cumpriram um papel central: a *financeirização*, isto é, a explosão de operações financeiras desregulamentadas, e a *mundialização neoliberal*. Essa última noção engloba o livre comércio e a livre mobilidade internacional de capitais (a possibilidade conferida às empresas transnacionais de realizar, em condições mais

⁵ Gérard Duménil e Dominique Lévy. *The crisis of neoliberalism*. Cambridge/Massachusetts/London, Harvard University Press, 2011.

favoráveis do que antes, investimentos diretos e ao setor financeiro de desenvolver livremente suas atividades no exterior). Essas tendências levaram à construção de um gigantesco edifício financeiro, nos planos nacional e internacional. As políticas macroeconômicas perderam muito de sua eficácia devido a inovações (como a securitização⁶) e à mundialização. Com a crença na eficiência e na autodisciplina dos mercados atingindo seu ponto culminante durante os anos 2000, nem o desejo, nem a possibilidade de regulamentar a economia real e financeira mundializada existiam verdadeiramente; os Estados Unidos se opunham às regulamentações e aos arranjos mundiais capazes de ameaçar sua hegemonia.

A fragilidade assim criada na economia mundial se combina com os desequilíbrios dos próprios Estados Unidos: (1) frágeis taxas de acumulação no território nacional e forte investimento direto no exterior; (2) déficit crescente do comércio exterior; (3) endividamento crescente das famílias; e (4) financiamento pelo restante do mundo. Nos Estados Unidos, o excesso de demanda de bens importados (o excedente das importações sobre as exportações) e o déficit de demanda em relação a bens produzidos no território estadunidense deviam ser compensados por um estímulo à demanda doméstica, sustentada pelo crédito⁷. Essa necessidade estabelece um laço entre o crescimento da dívida em relação ao restante do mundo e o da dívida “interna” (aquela das famílias e do Estado): o livre comércio torna os produtos estrangeiros atrativos, o que cria o déficit externo e causa, finalmente, o crescimento da dívida interna que busca remediar a insuficiência da demanda endereçada aos produtores ainda situados no território nacional. Eis um aspecto importante da trajetória macroeconômica estadunidense.

Antes da crise, a sustentação da demanda repousava no endividamento das famílias estimulado pela política monetária e pela desregulamentação, não simplesmente porque a estagnação de seu poder de compra as incitava a tomar empréstimos, mas porque o crescimento de tal endividamento era necessário à manutenção da atividade do país. As dívidas assim criadas não eram conservadas pelas instituições financeiras que as concediam, mas revendidas uma vez securitizadas (transformados em obrigações, as famosas *mortgage-backed securities*).

⁶ NT: No original em francês: “titrisation”. No Brasil, o termo securitização, oriundo da palavra inglesa “security”, é utilizado com mais frequência para designar o processo de “conversão de empréstimos bancários e outros ativos em títulos (*securities*) para a venda a investidores que passam a ser os novos credores dessa dívida”. Ver verbete “securitização” em: Paulo Sandroni. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo, Ed. Best Seller, 2000, p. 548.

⁷ *Ibidem*, capítulo 11.

Todos esses mecanismos – créditos, securitiza o, seguros contra inadimplência – eram igualmente geradores de lucros para as institui es financeiras, uma razão a mais para promovê-los. Os financiamentos oriundos dos países estrangeiros – produto do fluxo de dólares vinculado ao excedente do comércio exterior desses países – foram investidos nos Estados Unidos, principalmente nesses títulos frutos da securitiza o, sendo que aproximadamente metade dessa enorme massa era retida no estrangeiro. Como se sabe, a inadimplência crescente das famílias (no pagamento de suas dívidas) a partir de 2006 foi a fagulha que incendiou a pradaria, provocando o desmoronamento de certos pilares do vasto edifício financeiro mundial, fragilizando o resto da constru o e provocando o mergulho na recessão.

As li es da crise de 1929 e a depressão dos anos 1930 foram bem compreendidas. Nos Estados Unidos e na Europa, a hostilidade ao pensamento keynesiano, inerente ao neoliberalismo, não impediu os governos e bancos centrais de se apressar em socorrer a economia de duas maneiras principais: (1) depois da queda das taxas de juros, com a ajuda massiva às institui es financeiras através de empréstimos; e (2) através do apoio   produ o e ao emprego via déficits orçamentários. Na Europa, o mármore dos tratados partiu-se em pedaços e os déficits públicos ultrapassaram alegremente os 3% do PIB estabelecidos no Pacto de Estabilidade – a necessidade obriga a isso. Essas políticas foram, em parte, eficazes, pois o PIB voltou a subir, depois de a recessão ter atingido seu ponto mais profundo no primeiro trimestre de 2009.

Entretanto, sob vários aspectos, essa retomada era incerta. Em primeiro lugar, no segundo trimestre de 2011, o PIB real não havia ainda atingido seu nível anterior   crise, sobretudo na Europa. Em segundo lugar, as produ es industriais permaneciam sensivelmente inferiores aos seus níveis anteriores   crise. O problema, neste final do ano de 2011, vem do fato de, com o passar do tempo, os déficits não serem reabsorvidos e sua existência parecer indispensável   consolida o da retomada, isto  ,   capacidade de evitar uma nova recessão.

Diante dessa situa o, muito foi feito nos Estados Unidos para prolongar essas políticas de apoio. O Federal Reserve (FED)⁸ iniciou a um procedimento de compra massiva de títulos emitidos por “empresas patrocinadas pelo governo”

⁸ NT: Trata-se do Banco Central dos Estados Unidos.

⁹ *Government sponsored enterprises*. São institui es financeiras de direito privado, como *Fannie Mac*, criadas pelo Congresso dos Estados Unidos, visando o estímulo do crédito para certos setores da economia.

dos quais grande maioria é resultado da securitização. A dívida pública continuava a crescer, atingindo 63% do PIB em novembro de 2010. O Federal Reserve torna-se então um comprador em larga escala dos novos títulos emitidos pelo Tesouro, segundo o mecanismo de “abrandamento quantitativo¹⁰”, conhecido na França como a “*planche à billets*”¹¹, um crime de acordo com a moral neoliberal. O problema era de escassez de compradores potenciais e dos riscos colocados na taxa de câmbio do dólar, caso os investidores financeiros do resto do mundo comesçassem a vender seus títulos. As políticas europeias permaneceram mais tímidas. O problema se situava em diversos países da periferia da zona do euro, acumulando déficits do orçamento e do comércio exterior. Esse acúmulo confere às instituições financeiras mundiais (os ditos “mercados”) um poder máximo.

Tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, todas essas políticas cumprem um duplo propósito: por um lado, a sustentação da macroeconomia e das instituições financeiras e, por outro, o uso da recessão (real e do risco de seu aprofundamento) para obter novas concessões da grande massa dos assalariados em matéria de salário, proteção social e condições de trabalho. Todos os componentes das políticas sociais são atacados, como a saúde e a aposentadoria, na perspectiva neoliberal mais explícita de aumento da exploração das classes populares. O mesmo acontece com as políticas que preparam o crescimento futuro, como a educação ou a pesquisa.

Ao final de 2011, uma constatação deve ser feita. Essas políticas – ajuda às instituições financeiras, déficits orçamentários, concessões arrancadas das classes populares – não restabeleceram a capacidade das economias de sair da crise sem a manutenção de déficits particularmente altos.

Pode-se perguntar por que a extensão da crise tomou especificamente a forma de uma crise das dívidas públicas. Como as famílias estão excessivamente endividadadas, o aumento de suas dívidas, panaceia dos anos 2000 até a crise, não pode mais ser considerado como alternativa. O sistema financeiro, profundamente atingido pela crise, permanece em uma situação difícil, pouco inclinado a conceder empréstimo às famílias. Disto resulta a redução durável do crédito (o *credit crunch*). O déficit orçamentário aparece então como a única opção para sustentar a demanda. Essa situação não é a da Europa considerada em sua totalidade.

¹⁰ *Quantitative easing*, igualmente traduzido como “*assouplissement quantitatif*”.

¹¹ NT: Trata-se da emissão desmedida de moeda desprovida de seu valor real.

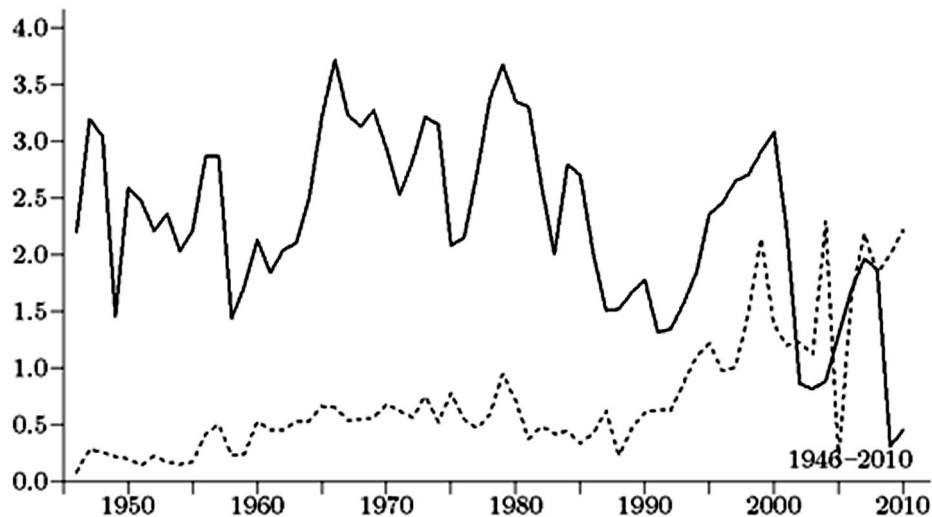
Com exceção de alguns países como o Reino Unido e a Espanha, as famílias não estavam excessivamente endividadas quando a crise começou. Entretanto, as políticas atuais de taxa de juros baixa não conseguem relançar a demanda através do crédito às famílias. A deterioração da situação das mesmas, apesar de menos severa do que nos Estados Unidos, e, sobretudo, a situação dos bancos são tais que esse estímulo é ineficaz, tornando, igualmente na Europa, o déficit orçamentário e seu financiamento através do crédito um último recurso.

De qualquer maneira, o crescimento ilimitado das dívidas dos Estados não pode ser seriamente considerado como uma política razoável a longo prazo. O problema é “quando” e “como” colocar um fim nisso. Essa questão se agrava, enquanto os ataques das direitas recolocam em questão os déficits e a ocorrência de uma nova recessão aparece como inelutável. Que os Estados Unidos possam evitá-la até as eleições presidenciais de 2012 apenas posterga a data de sua eclosão.

Investimento e crescimento: os velhos centros colocados à prova pelo neoliberalismo

É importante inserir a crise atual no pano de fundo desenhado pelas tendências de longo prazo próprias ao neoliberalismo nos Estados Unidos e na Europa. Como já foi mencionado, o neoliberalismo – que provém dos velhos centros, os principais polos do capitalismo no mundo em 1980 – teve por objetivo a maximização dos poderes e rendimentos das classes dominantes. Essa meta não coincide nem com a acumulação de capital e o crescimento econômico nos territórios nacionais nem com a inovação técnica (distinta da financeira). A transformação dos modos de gestão e de financiamento levou a uma asfixia dos processos de acumulação de capital no território nacional, tendo como uma das manifestações mais evidentes o processo de desindustrialização. A acumulação física de meios de produção (prédios, máquinas, material de informática) tornou-se mais lenta, chegando a níveis muito baixos antes da crise.

Figura. Fluxo de investimento líquido em capital fixo das sociedades não-financeiras no território nacional (---) e investimentos diretos no exterior dessas sociedades (----). Estados Unidos (% do PIB)



A figura fornece uma medida para as sociedades não-financeiras (o investimento líquido em relação ao PIB). Observa-se muito claramente a tendência à queda iniciada nas décadas neoliberais. Não se trata de as taxas de lucro serem insuficientes¹². As empresas dispõem da “capacidade de autofinanciamento” necessária para levar a cabo programas de investimento bem mais ambiciosos se elas escapassem às exigências da governança neoliberal. Uma fração dos lucros muito ampliada em relação às décadas anteriores é convertida em dividendos, o que cria uma arrecadação considerável, acrescido ao peso dos juros pagos, sem falar dos salários muito altos e inúmeros suplementos vinculados a estas remunerações. Essas somas não retornam às empresas, contrariamente à ideologia dominante para a qual a poupança dos altos rendimentos alimenta o investimento. Essas mesmas empresas longe de coletar capital através da emissão de ações novas, compram suas próprias ações novamente a fim de aumentar sua cotação na bolsa. Pode-se falar de um processo de desacumulação de capital.

Mas deve-se levar em conta um segundo aspecto desses processos. Nós chamamos de “divórcio” a discrepância criada pelo neoliberalismo nos Estados Unidos: um divórcio entre os interesses das sociedades transnacionais (em última instância de seus proprietários e altos executivos) e o país como território

¹² Os lucros sendo definidos como: *Valor acrescido menos o custo do trabalho e os impostos.*

econômico. Se, até a crise, a mundialização neoliberal serviu os primeiros, ela causou danos profundos ao segundo.

Melhor do que um longo discurso, a segunda variável da figura ilustra tal afirmação. Ela descreve os fluxos de investimentos diretos no exterior (---), isto é, o investimento no exterior realizado pelas sociedades transnacionais estadunidenses. Vê-se muito claramente a mudança de regime no neoliberalismo, explicitado no crescimento particularmente rápido da variável a partir do fim dos anos 1980. Não se está, portanto, frente a uma redução pura e simples do investimento, mas a uma externalização do investimento, uma “deslocalização” de grande amplitude.

Essas tendências, características da economia dos Estados Unidos, não são generalizáveis ao conjunto dos países. Três elementos estão em jogo: (1) a capacidade de exportar; (2) a desindustrialização; e (3) o volume de investimentos diretos no exterior. Os Estados Unidos investem fortemente no exterior; possuem uma fraca capacidade de exportar; o processo de desindustrialização é ali brutal. A Alemanha manifesta uma forte capacidade de exportar; não sofreu um processo forte de desindustrialização; realiza relativamente poucos investimentos diretos no exterior. O Japão realiza poucos investimentos diretos no exterior; é um grande país exportador; sua indústria está estagnada há várias décadas (com exceção da segunda metade dos anos 2000). A China possui uma alta capacidade de exportar; realiza poucos investimentos diretos no exterior; industrializa-se fortemente. No plano do investimento e da produção, os países do centro que não souberam preservar um nível suficiente de exportação, terão as maiores dificuldades de frear ou, a fortiori, inverter o processo de desindustrialização, especialmente se ele se combina com o investimento no exterior das empresas transnacionais.

A relação negativa entre a capacidade de exportar e o investimento direto é particularmente impressionante. Pode-se comparar, a este respeito, a Alemanha e a França. Até o final dos anos 1990, os perfis da produção industrial e dos investimentos diretos no exterior eram muito próximos entre os dois países. A partir dos anos 1999, a França se lançou em um caminho que privilegiava os investimentos diretos no exterior em níveis significativamente mais elevados do que a Alemanha. Desde 2003, a produção industrial francesa permanece estagnada e não se recuperou da recessão recente, enquanto a Alemanha viu sua produção industrial decolar (diferentemente da produção total, o PIB, que não cresce mais do que na França) e reencontrar neste outono de 2011 seu nível anterior à crise.

Mais do que uma divergência fortuita, essas tendências sugerem estratégias diferentes das classes dirigentes e das grandes empresas nos dois países: distintas arbitragens entre a indústria nacional e a exportação de capitais. As implicações são consideráveis em matéria de financiamento, de políticas industriais, de pesquisa e de educação. As consequências são da maior importância para o emprego e o equilíbrio do comércio exterior.

Nos Estados Unidos, o sistema financeiro se estruturou de acordo com os objetivos da busca de sua própria prosperidade, a despeito do financiamento dos outros setores. As políticas industriais foram abandonadas e a gestão das empresas reorientada para a “criação de valor para o acionista”, e não para o crescimento e inovação técnica e organizacional. Em um nível ainda mais geral, os Estados Unidos não souberam assegurar o progresso de suas infraestruturas, promover a pesquisa e a formação da sua mão de obra, etc., visando manter seu avanço sobre as periferias. O número de patentes testemunha a entrada dos países emergentes na grande corrida da pesquisa e da inovação. Em 2009, o número de patentes registradas pela China era igual ao dos Estados Unidos, e a Coreia do Sul havia registrado nove vezes mais do que a França.

Se a crise atual é mundial, seus fundamentos se encontram no velho mundo atlântico, Estados Unidos e Europa. Desde a metade dos anos 1990, a hierarquia das taxas de crescimento dos centros e das periferias começou a se inverter. Essa tendência foi, durante algum tempo, mascarada pelo “long boom” da segunda metade dos anos 1990 nos Estados Unidos, o das novas tecnologias. Mas após o fim da euforia da “nova economia”, a realidade das tendências subjacentes se fez de novo sentir. Com flagrantes particularidades e exceções, as periferias crescem desde então mais rapidamente do que os centros. Pensa-se evidentemente na China, na Índia, no Brasil, mas é um fenômeno muito mais abrangente, ao qual até mesmo a África Subsaariana (especialmente a Nigéria e a África do Sul) não é exceção. Atingidas pela crise, tais periferias dela saíram bastante rápido. Ainda mais inquietante para os países do centro é a expansão das empresas transnacionais dos países emergentes e a constituição de redes comerciais e de investimento entre esses países. A agitação não era tão grande nos países do centro enquanto os nichos de produção próprios à “divisão imperial do trabalho” no plano mundial tinham ares de *maquiladoras*, isto é, a produção expatriada se concentrava nas indústrias de mão de obra, ao fim e ao cabo a serviço das sociedades transnacionais

do centro. Mas um outro estágio foi atingido, como testemunham o conteúdo tecnológico crescente dos bens produzidos nos países da periferia e o processo de desindustrialização que atinge gradualmente a maior parte dos setores industriais do centro.

É fácil estabelecer uma relação entre os investimentos diretos dos países do centro e o crescimento da periferia, na qual se observa ao mesmo tempo uma causa e um efeito: uma *causa*, na medida em que esses investimentos contribuem para o crescimento das economias que os recebem, um *efeito*, na medida em que o dinamismo econômico dessas regiões do mundo atrai os investidores.

A continuidade da crise nos Estados Unidos e na Europa

A tese central aqui exposta é que se pode interpretar a crise das dívidas soberanas como o efeito da aplicação de métodos keynesianos a uma crise estrutural para a qual a saída, por sua própria natureza, requer transformações muito mais profundas. A dificuldade da saída da crise deve ser atribuída fundamentalmente aos mecanismos profundos discutidos na seção precedente. Não é impossível prolongar um pouco o “protelamento keynesiano”. Mas uma cegueira caracteriza a atitude atual das classes dominantes que encontram nesse adiamento o pretexto do seu imobilismo. A escalada das dívidas soberanas marca, entretanto, alguns limites das políticas keynesianas e evidenciam a urgência de outras estratégias. Mas é impossível recuperar o tempo perdido e tais atrasos levam a prever a ocorrência de novos episódios da crise.

Para além das políticas keynesianas inevitáveis, os governos não começaram seriamente a implementar as políticas anti-neoliberais que marquem o início de uma transição em direção a uma nova ordem social, únicas capazes de restabelecer uma dinâmica de crescimento. As classes dominantes esperam, como bons keynesianos de circunstância, que o amparo às suas instituições financeiras produzam seus efeitos e que a economia reencontre suas dinâmicas autônomas. Mas sua resistência às reformas impede a saída da crise. Como neoliberais intransigentes, eles esperam que as novas concessões arrancadas das classes populares recoloquem o neoliberalismo assim revigorado no caminho do

progresso. Alguns esbravejam contra os paraísos fiscais, os bônus dos investidores¹³ ou os rendimentos dos executivos-chefes¹⁴, mas pouco ou nada é feito. O mesmo imobilismo prevalece no que se refere ao aumento de impostos sobre os ricos ou a instauração de uma taxa sobre as transações financeiras.

Nos Estados Unidos, as tentativas de reformas suscitadas pela crise giraram em torno da questão da estabilidade financeira, com realizações muito limitadas. As regulamentações e planejamentos globais estão ainda mais fora do alcance, como demonstram os fracassos dos encontros como o G20. As transformações requeridas em matéria financeira ultrapassam de qualquer forma a questão da estabilidade financeira propriamente dita. O neoliberalismo metamorfoseou a relação entre o setor financeiro e as sociedades não-financeiras. As instituições financeiras não são mais um instrumento a serviço do desenvolvimento, como no pós-Segunda Guerra mundial. Elas sancionam as gestões tanto privadas quanto públicas, como se pode ver na crise atual, não no sentido do crescimento econômico, mas do interesse das classes dominantes. São essas práticas que devem ser colocadas em questão.

Políticas do imobilismo

As raízes do imobilismo atual em matéria de reformas são de natureza política, uma política “politiqueira” (aquela dos partidos e dos grupos de pressão), cujos fundamentos de classe não trataremos aqui, afirmando tão somente que na ausência de fortes lutas populares, o confronto permanece interno às classes dominantes. É este o objeto da presente seção. Quantos anos já foram perdidos e nenhuma mudança de importância maior foi efetuada. De forma bastante esquemática, pode-se distinguir duas grandes correntes que vislumbram formas de sair da crise.

A primeira se define pelos seguintes aspectos:

1. *O rápido retorno ao equilíbrio orçamentário.* As medidas de austeridade atuais definem a primeira parte. O discurso é aqui o da ortodoxia financeira,

¹³ NT: No original, constava “traders” que é justamente um profissional especializado em negócios internacionais e que planeja e coordena diariamente investimentos no mercado de ações.

¹⁴ NT: Os autores empregaram aqui a sigla PDG que, em francês, significa: *Président Directeur Général*. Na língua inglesa, esses agentes são designados pela expressão *Chief Executive Officer (CEO)*.

transmitido pelo argumento populista que compara o orçamento de um Estado ao de uma família, que não poderia gastar mais do que seu rendimento. Os defensores dessa linha são hostis aos impostos que eles almejam reduzir; se os aumentos dos impostos são inevitáveis, eles preferem os impostos indiretos e rejeitam a progressividade em função dos rendimentos das famílias. Nesse âmbito fiscal, os interesses de classes são evidentes. Mas esses mesmos interesses encontram-se igualmente comprometidos de forma mais sutil com o financiamento da dívida pública. As classes dominantes auferem rendimentos consideráveis das dívidas públicas. Essas classes se alarmam, entretanto, quando a continuidade desse movimento atinge níveis em que as capacidades de reembolso são ameaçadas. Elas sabem também que os períodos de fortíssimo endividamento do Estado (durante ou depois das crises ou, sobretudo, das guerras) no passado, conduziram a ondas hiperinflacionárias nas quais elas perderam algumas plumas.

2. *O aprofundamento das imposições às classes populares.* Igualmente em curso está a intensificação das pressões sobre as classes populares em matéria de trabalho, de rendimentos, de proteção social e de educação. A propaganda se fundamenta aqui no discurso usual, que pretende que o enriquecimento dos ricos e a rentabilidade das empresas sejam geradores de empregos e de progresso, enquanto toda a história do neoliberalismo faz precisamente a demonstração do contrário.

Nos Estados Unidos, observa-se uma estagnação ou redução dos salários semanais dos trabalhadores da produção desde o final dos anos 1970. Alguns estudos sustentam que logo mais não haverá razões para investir sistematicamente em países reconhecidos pelos baixos custos salariais, pois os operários estadunidenses, em particular em certos estados do Sul, tornam-se competitivos frente aos operários chineses¹⁵. As classes populares deveriam meditar sobre as quedas radicais do poder de compra imposto pelo neoliberalismo em países como o México ou a Argentina (um retorno ao poder de compra do final da Segunda Guerra mundial, após sua duplicação no final dos anos 1970).

3. *A defesa de políticas anti-estatais.* O discurso é bem conhecido. É aquele

¹⁵ Boston Consulting Group, *Made in America, Again. Why Manufacturing Will Return to the U.S.*, Agosto de 2011; *China Loses, Mexico Wins Big as More Manufacturers Consider “Near-shoring”*, Novembro 21, 2011. À queda do custo do trabalho nessas zonas dos Estados Unidos somam-se os progressos da produtividade nos Estados Unidos e, na China, o aumento dos salários e o efeito do encarecimento da moeda quando medida em termos reais.

da eficiência dos mercados e de sua autodisciplina, retomado até mesmo por uma parte dos Democratas estadunidenses. A formulação populista se utiliza da rigidez paralisante e do desperdício característicos da burocracia. Essa primeira corrente privilegia formas de auto-organização. Por exemplo, em matéria financeira, as únicas boas regras são aquelas consensuais auto-administradas como a dos índices dos balanços de bancos dos acordos da Basiléia¹⁶; a expressão “política industrial” é proscrita. Se a intervenção estatal é rejeitada, ela emerge quando os interesses diretos dessas classes são ameaçados, como foi visto nas crises de 2008 e 2011. O slogan é familiar: “privatização dos ganhos e socialização das perdas”. A intervenção estatal assim orientada tem dessa forma ainda belos dias diante dela. Ela se prolonga na concessão de subvenções maquiadas, por exemplo, sob o disfarce de encomendas militares e na reivindicação possível de proteção e de apoio para certos segmentos do sistema produtivo em nome de uma concorrência desleal ou de uma ameaça à segurança nacional, reais ou imaginárias, por parte de certos países.

As políticas de austeridade promovidas por essa corrente, combinadas às reticências frente às regulamentações financeiras, estão submetidas aos riscos de suas consequências: o mergulho em uma nova recessão. Tais riscos são talvez mal percebidos por alguns devido a uma crença devota nas benesses das receitas liberais. Podem ser igualmente “calculados” por parte das frações mais cínicas, sabendo que as Direitas tradicionalmente consideraram as crises como períodos de depuração necessários (notadamente entre 1929 e 1933 nos Estados Unidos sob a presidência de Herbert Hoover). E não há dúvida que um novo mergulho da produção poderia cumprir um papel de alavanca para a obtenção de novas concessões por parte das classes populares. Mas a escolha do pior é perigosa.

Uma segunda corrente professa uma atitude mais keynesiana¹⁷. Seus traços fundamentais são os seguintes:

1. *A ponderação entre os objetivos de controle dos déficits e de manutenção da atividade.* Os defensores dessa segunda corrente são “conscientes” do conflito entre

¹⁶ NT: Os autores referem-se aos acordos sobre regulamentação da atividade bancária, realizados na Basiléia (Suíça).

¹⁷ Nos Estados Unidos, podem-se citar economistas como Joseph Stiglitz, Paul Krugman, Christina Romer, alguns dirigentes do Federal Reserve e certas frações do Partido Democrata.

os diversos objetivos: a reabsorção dos déficits, a necessidade de evitar a recessão e de lutar contra o desemprego. Isso se deve, nos Estados Unidos, ao fato de o Federal Reserve ter assumido a responsabilidade por uma parte crescente da dívida pública. Essas operações poderiam ser mantidas, com os títulos correspondentes sendo suscetíveis de serem revendidos às instituições financeiras depois da crise ou, até mesmo, conservados pelo Federal Reserve, sem serem destinados ao reembolso¹⁸. A condução da Segunda Guerra mundial implicou medidas ainda mais radicais, entre as quais o bloqueio dos preços e a substituição massiva do investimento privado pelo investimento do governo. Tais políticas contribuíram fortemente para a saída da crise de 1929, mas nada de durável poderia ser obtido na ausência das transformações subjacentes que marcaram a entrada na nova ordem social do pós-guerra.

2. *A disposição de compartilhar os encargos criados pela crise.* Essa corrente defende o aumento dos impostos sobre os altos rendimentos e a denúncia dos excessos de certas remunerações, especialmente no cume da pirâmide “salarial”. A queda dos rendimentos do capital não assusta e pode até mesmo ser julgada necessária, ainda que a propriedade capitalista não seja, obviamente, colocada em questão.

3. *A regulamentação e o papel crescente do Estado.* Essa corrente julga que barreiras devem ser colocadas aos excessos financeiros das instituições financeiras e das classes privilegiadas. Seus proponentes têm consciência de que a recuperação da economia nacional passa por uma política ativa do governo e não poderia ser deixada aos “mercados”. Formas de políticas industriais são explicitamente vislumbradas, especialmente em favor da *green economy*.

É desnecessário dizer que essas opções separadas aqui em duas correntes, deixam lugar a distintas formas de hibridização de acordo com os interesses específicos. As fronteiras se deslocam com o tempo. As classes dominantes se dividem e tais conflitos geram obstáculos ao movimento. Nos Estados Unidos, os anos da administração Obama viram se suceder conjunturas políticas que inicialmente pareciam favorecer a segunda via, mas o equilíbrio se deslocou em favor da primeira, sobretudo após a perda da maioria pelos Democratas nas

¹⁸ Não há impossibilidade técnica. Do ponto de vista financeiro e contábil, os bancos centrais têm capacidade de levar a cabo tais procedimentos.

eleições ocorridas na metade do mandato presidencial¹⁹. As políticas orçamentárias são radicalmente atacadas com a ajuda dos “mercados”; a pressão sobre as classes populares se acentua graças ao desemprego; as regulamentações tardam em se manifestar e as políticas industriais são deixadas de lado. A segunda corrente modera a implementação das opções da primeira, mas não possui os meios de executar suas próprias políticas. Daí o imobilismo reinante.

Astergiversões que envolvem as reformas visando à estabilidade financeira são especialmente reveladoras das tensões e hesitações precedentes. A lei Dodd-Frank (*Dodd-Frank Wall-Street Reform and Consumer Protection Act*) de julho de 2010, uma espécie de “quadro jurídico”²⁰ necessitando de outras leis e decretos de aplicação, era ambiciosa, mas os Republicanos conseguiram bloquear sua implementação. Ela tende a “promover a estabilidade financeira” pela “responsabilização” e o aumento da “transparência” das instituições financeiras e a proteger os contribuintes, cujos impostos servem para salvar instituições julgadas grandes demais para quebrar, e os consumidores contra práticas financeiras abusivas. O projeto combina o reforço dos dispositivos de vigilância e a criação de novas agências, a limitação dos investimentos bancários especulativos (a regra Volcker) e a regulamentação de certos mercados de derivativos. Das 400 regulamentações consideradas, um quarto somente foi formulado explicitamente, e um número mais reduzido ainda foi aprovado. Duas dúzias de projetos de lei propostos pelos Republicanos visam desmantelar a lei. Eles bloqueiam a nomeação de responsáveis pelas novas agências ou os créditos necessários ao seu funcionamento, etc.

Na Europa, o leque de opções políticas é fundamentalmente similar, mas é menos nítido. A crise na Europa não tem as formas massivas e simples como as dos Estados Unidos. Ela solapa gradualmente as raízes da união, de acordo com mecanismos de cercamento a partir das periferias. Assim, o caráter insustentável das trajetórias neoliberais não é vivenciado enquanto tal e a atenção se volta para a pretendida falta de rigor da gestão de certos países. A Grécia é estigmatizada e sua situação poderia ser interpretada como uma demonstração de que a crise se deve à má gestão do país e não às regras neoliberais. Mas a crise avança em direção ao

¹⁹ NT: No original em francês: “mi-mandat”. Trata-se de eleições que ocorrem na metade do mandato presidencial dos EUA para a Câmara dos Representantes, o Senado e os Governos estaduais.

²⁰ NT: No original em francês: “loi cadre”. Trata-se de um quadro jurídico que orienta uma série de reformas e a regulação no sistema financeiro dos EUA.

centro. A Europa oscila atualmente entre a implosão da zona do euro e o reforço de sua governança central, “neoliberal” e sob a hegemonia alemã, evidentemente.

O círculo analítico se fecha sobre si mesmo. A crise estrutural é a expressão de uma acentuação das contradições próprias de uma ordem social. A saída da crise requer uma mudança na ordem social. Uma ordem social forma hierarquias de poder de classe e seus compromissos. A dinâmica desses poderes define a essência da política. A saída da crise é, portanto, em última instância, um processo político. As clivagens identificadas anteriormente distinguem posições de classe distintas? Se esse for o caso, são anunciadoras de novas ordens sociais? Quais?²¹

²¹ NT: Essas questões serão abordadas pelos autores em outro texto que fará parte de dossiê a ser publicado pela Actuel Marx no primeiro semestre de 2012.